

Declaração final da 11.ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP): “As novas tecnologias e a participação cidadã. A sociedade civil e ferramentas de comunicação”.

Estamos presentemente a viver um momento entusiasmante da história da humanidade, marcado pelos efeitos do progresso tecnológico na organização social, política, económica e ecológica do nosso mundo, cada vez mais global.

A aplicação das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), ao multiplicar exponencialmente as possibilidades de que dispomos para comunicar e para fazer circular a informação, deu origem a mudanças consideráveis em todos os âmbitos da nossa vida, incluindo também o âmbito político, neste contexto considerado tal como Aristóteles definia o homem (e a mulher, deveríamos também dizer), ou seja, como um *animal social* por natureza.

A temática social, política e académica que gira em torno das novas tecnologias e da participação cidadã – ou, o que conceitualmente é o mesmo, em torno das novas tecnologias e da democracia - engloba múltiplas combinações de análises teóricas e práticas.

Nesta 11.ª Conferência Internacional, tivemos o privilégio de poder falar, debater e reflectir sobre todas essas combinações. Determinados conceitos como a eAdministração, a eParticipação e a eDemocracia, entre outros, deram-nos a oportunidade de reflectir mais profundamente sobre a complexidade das modernas relações de comunicação social entre os seres humanos, promovidas pela aplicação cada vez mais generalizada das TIC.

Uma vez finalizada a conferência, pensamos que neste momento não é tão importante teorizar sobre o que é a Participação Cidadã, um conceito já amplamente debatido e definido em congressos anteriores, mas sim explorar quais são os modelos de Participação Cidadã possíveis para o século XXI, com base nas possibilidades postas à nossa disposição por uma tecnologia em constante evolução.

Desde o ponto de vista da administração governamental há uma certa inércia para ver a participação cidadã com uma visão *com matizes etnocêntricos*, uma vez que frequentemente a participação cidadã é entendida como um fluxo bidireccional entre duas partes: a administração e a cidadania.

Esta concepção que, a priori, tem um valor extremamente positivo, não define, nem de longe, todo o imenso potencial inerente ao conceito de participação associado às possibilidades técnicas da web 2.0 e às dinâmicas sociais com ela relacionadas. Este novo contexto permite superar relações basicamente bidireccionais ou radiais, e abre às pessoas, às associações e às instituições uma nova realidade de relações a partir da ideia de *rede*, ou seja, entre os cidadãos e a administração e vice-versa, e também entre os próprios cidadãos organizados em todos os tipos de associações e redes sociais, diversas, plurais e multitemáticas, que constituem a base da gestação daquilo que, em termos sociológicos, se denomina *inteligência colectiva*, e que é o resultado da flutuação fácil, rápida e constante de opiniões, ideias, experiências e intervenções, indispensáveis para a criação do novo conhecimento.

Apesar dos aspectos positivos da aplicação das novas tecnologias ao desenvolvimento da sociedade, como acontece por exemplo ao contribuir para a qualidade da democracia por facilitar a comunicação e o diálogo entre a administração e a cidadania, apesar desses aspectos positivos - dizíamos - é importante também referir que essas tecnologias também apresentam factores de risco que podem pôr em perigo a coesão da sociedade se o acesso às novas tecnologias não for universal e se nem todos os cidadãos tiverem as mesmas possibilidades de acesso a essas tecnologias.

Nesse sentido podemos observar como em plena era digital existe ainda uma parte da população que não dispõe dos recursos necessários para utilizar este tipo de ferramentas e que, desde uma perspectiva sociológica, se encontra imersa naquilo que actualmente se conhece como *lacuna digital*. Portanto, o conceito de colectividade relacionado com as TIC, hoje em dia, não é ainda plausível uma vez que uma parte da população se encontra excluída.

É pois responsabilidade das administrações públicas aplicar os recursos técnicos e de formação que sejam necessários para tornar

possível a competência funcional do conjunto dos cidadãos na utilização das TIC.

Sobre este tema, não devemos também esquecer a forma como as administrações utilizam estas ferramentas e com que objectivos. Existem dois grandes paradigmas relativamente à maneira como se aplicam e utilizam as TIC no modelo de gestão política.

O primeiro paradigma, que tem as suas origens no final do século XX, propõe o tema da modernização do governo tradicional aplicando as novas tecnologias mas somente como recurso para o tornar mais ágil, transparente, flexível, eficiente e menos hierárquico. No entanto, este modelo significa apenas a mera substituição da burocracia convencional por uma outra burocracia electrónica, quando de facto o importante seria poder eliminar a máxima quantidade possível de burocracia.

O segundo paradigma expressa de maneira mais fidedigna as opiniões recolhidas durante esta 11.ª Conferência. Em concreto, defende que para que ocorra uma verdadeira mudança em termos de uma Participação Cidadã em rede - interligada e acessível – é necessário ir mais além da primeira abordagem, e considerar a possibilidade de um modelo democrático mais transversal, deliberativo e baseado na participação democrática.

Desta maneira, deveríamos caminhar na direcção de um sistema de governo diferente que implique uma mudança de funções nos poderes públicos relativamente à maneira de tomar as suas decisões e ajude a resolver certas carências das democracias representativas, transformando a sua cultura política numa cultura cívica e de inovação.

Se continuarmos nessa direcção teremos uma oportunidade para procurar resolver a falta de vontade, a desconfiança e inclusivamente o temor que muitos cidadãos sentem relativamente à política, já que essa abordagem oferece novos mecanismos e canais de contacto mais ágeis, próximos e personalizados com os representantes políticos.

Desta forma, e através da utilização de ferramentas como as novas plataformas virtuais, será possível contribuir para uma regeneração política e ética e para conseguir uma expansão da democracia participativa, articulada - sobretudo - desde as entidades locais

como *pontos fundamentais de proximidade*.

Finalmente, deixamos aqui uma reflexão dirigida às administrações públicas para realçar que não se deve esquecer que a eParticipação não é contrária à conservação de formas de participação presencial. Muito pelo contrário. É preciso zelar para que a aplicação e a utilização das novas tecnologias não signifique uma deterioração das redes sociais tradicionais baseadas nos vínculos pessoais.

É necessário preservar pois o espírito humanista segundo o qual uma sociedade democrática deve ter como base a cultura do diálogo e que afirma que o diálogo entre as pessoas acrescenta valor ao mero intercâmbio de informações por via telemática.

Esta declaração final é portanto o fruto da produção de conhecimento que nasceu durante estes três dias de intensos trabalhos graças às intervenções dos conferencistas, participantes, moderadores, organizadores e de todas as pessoas que contribuíram com as suas valorações para este evento tão significativo para a sociedade global do nosso tempo. Por isso, a todos os participantes, o nosso muito obrigado pelas vossas contribuições.

Lleida, 8 de Abril de 2011

Àngel Ros Domingo
Presidente da Câmara Municipal de Lleida